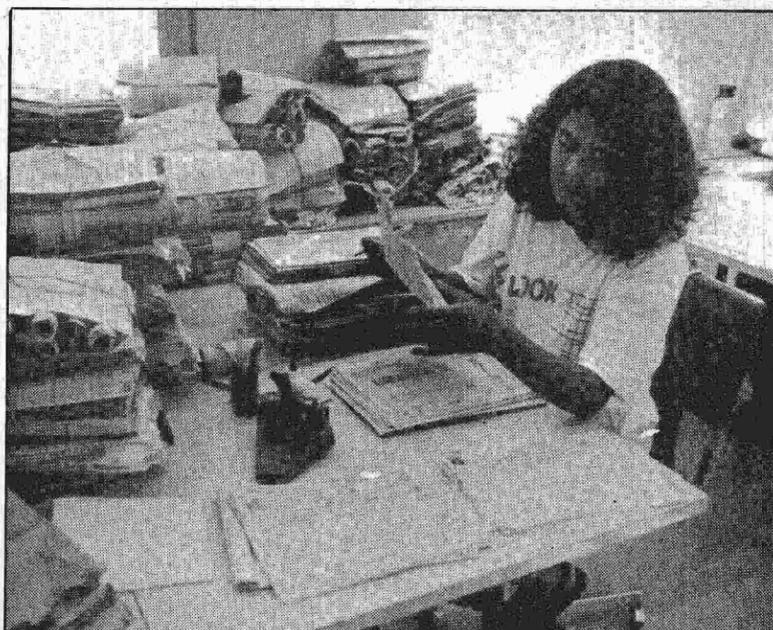


DF perde divisas por falta de controle fiscal

□ O que e quanto Brasília importa e exporta, nem o GDF sabe. O controle fiscal é precário e muito dinheiro deixa de ser arrecadado em impostos. A balança comercial ainda é um sonho, que os empresários querem realizar para poder industrializar o DF



Há poucos funcionários para cuidar do volume de notas fiscais

Balança comercial já está ameaçada

Márcia Seixas

Contabilizar mercadorias que entram e saem do Estado. Este é o objetivo principal de uma balança comercial. Depois de quase 30 anos de existência, o Distrito Federal realiza o primeiro controle confiável desses dados, na intenção de chegar a um projeto mais ambicioso: estudar a viabilidade de industrialização de Brasília.

Ao contrário do que se possa imaginar, esse projeto envolve outros fatores, além do registro de conteúdo das notas fiscais que circulam na cidade, que acabam "furando" todo o esquema montado. A começar pelos postos fiscais, inexistentes na divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás e Minas Gerais. A Secretaria de Finanças, segundo o secretário Marco Aurélio Araújo, possui um projeto para a construção de três postos fixos, há mais de um ano. Sem verbas do GDF, o jeito foi improvisar, instalando **trallers** fiscais; mas só um está funcionando.

Sem controle das notas fiscais, é através de um convênio com o Governo de Goiás que o DF adquire as notas das mercadorias com destino a Brasília. Na ausência de barreiras, 20% dessas notas se perdem ou entram por pequenas estradas, não acompanhadas pela fiscalização. A falta de controle diminui a arrecadação de impostos, que resulta em menos recursos para o investimento nos setores de industrialização. O Distrito Federal é a única unidade da Federação que não possui uma rede de controle fiscal de mercadorias. E mais: a única que possui a intenção de realizar uma balança comercial sem a mínima estrutura necessária.

Codeplan

A falta de verbas e o decreto que proíbe a contratação de funcionários públicos para contenção de despesas, também no GDF, ameaçam de paralisação o projeto da primeira balança comercial do Distrito Federal. A informação partiu do diretor técnico da Codeplan, Valdo César de Carvalho, responsável pelo projeto encomendado pelas Secretarias de Governo, Finanças, Agricultura e Indústria, Comércio e Turismo. Até hoje, esse trabalho custou ao Governo mais de Cz\$ 2,6 milhões (dez/86) e seria preciso mais Cz\$ 7 milhões para a

fase final do projeto, verba não liberada pelo GDF.

O sistema "balança comercial do DF" nasceu da intenção do GDF em estudar a viabilidade de indústrias na cidade, depois do registro de todas as mercadorias que são "importadas" de outros Estados. Esse registro começa na base de dados da Codeplan, num serviço coordenado pelo gerente José Roberto Barreto. Todas as notas fiscais retidas nas barreiras seguem (através da Secretaria de Finanças ou Governo de Goiás) para a Codeplan, que assim registra o que entra. Através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegam as notas fiscais do que é produzido no Distrito Federal, e é "exportado" para outras regiões.

A primeira etapa do trabalho é quase que artesanal. Funcionários temporários da Codeplan separam as notas em 22 grupos por seção. Nove deles recebem atenção especial. São eles: animais vivos e produtos de origem animal; produtos do reino vegetal; gorduras, óleos e ceras; produtos das indústrias alimentares, bebidas, etc; couros, artigos de viagem, bolsa; madeira, cortiça, carvão vegetal; matérias têxteis; calçados, chapéus, etc; e pedras naturais, pedras preciosas e semi, metais, bijouterias etc.

Cada nota desses grupos é registrada quanto ao código, origem ou destino, via de transporte, unidade de medida, valor da nota, natureza da mercadoria e outros. O restante é registrado por amostragem (de cada dez notas registram uma). Por mês, o número de notas fiscais que circulam em Brasília ultrapassa os 70 mil. Barreto admite que isso não representa a totalidade do que transita pela cidade (cerca de 80%), mas acredita que o sistema deva melhorar à medida em que as barreiras fiscais vão se fechando. Codificadas as notas, são preenchidos os mapas — tudo por meio de números. Os documentos seguem para o processamento de dados da Codeplan, onde os digitadores armazenam as informações, que mais tarde serão divulgadas através de relatórios completos.

Já atrasada, a previsão inicial era de que pudessem entregar à

Secretaria de Governo o projeto em maio deste ano. Esgotado o prazo, a idéia era entregar em junho. Agora, mesmo com a previsão ampliada para outubro, o diretor técnico da Codeplan já não sabe se o projeto ficará pronto. Segundo Valdo César, um semestre de trabalho ameaça "morrer na praia" por falta de digitadores (mão-de-obra) e verba do GDF. Foram mais de Cz\$ 2,6 milhões que se perderam, sem que a balança comercial do DF pudesse ser divulgada.

Finanças

Até agora, desde 1960, sabia-se o que entrava e o que saía do DF através de notas fiscais recolhidas nas barreiras de Goiás. Sabe-se, também, que 98% do que se consome em Brasília vem de fora, mas de onde surgem esses dados, nem o secretário de Finanças, Marco Aurélio Araújo, sabe explicar. Sem barreiras fiscais fica impossível, na opinião do secretário, controlar de modo confiável o trânsito de mercadorias.

O GDF, portanto, liberou verbas para a construção de três postos fiscais nas principais saídas da cidade. Projetados desde 85, esses postos abrigariam fiscais da Saúde, de Finanças e da Segurança Pública, que impediriam também a passagem de produtos clandestinos e até veículos furtados. A verba, no entanto, foi suficiente apenas para a construção de um posto fiscal na saída para Goiânia — avaliado em Cz\$ 9 milhões. Os de Luziânia e Formosa terão que esperar. Enquanto o posto não fica pronto, um **trailer** fiscal tenta controlar a saída para Formosa.

A idéia, apesar de impraticável sem verbas, é arrojada. Unidades volantes também participariam da fiscalização nos pequenos caminhos não asfaltados da região do Entorno, e todos os postos estariam ligados por uma rede de comunicação. Cada posto teria também um terminal de microcomputador que, segundo o secretário de Finanças, um funcionário digitaria na hora, todos os dados das notas fiscais que passassem pela barreira. A idéia, de acordo com seus planos, era aumentar a arrecadação de impostos em mais de 20%, que resultaria em maiores recursos para a ajuda do GDF à industrialização.



Toda a fiscalização tributária nas estradas se resume a este posto, na estrada de Formosa